



## Proposta de ICMS único entra na pauta do Senado

Para dar fim à guerra fiscal, alíquotas — que hoje variam de 7% a 12% — deverão convergir para 4% em todos os estados até 2025. Crédito federal compensaria redução

O governo quer unificar as alíquotas interestaduais, reduzindo-as em um ponto percentual ao ano. Assim, estados do Sul e Sudeste, que hoje cobram 7%, chegariam à meta em 2016. Outros, em 2025.

A tributação no destino pode desestimular a concessão de benefícios. Durante 20 anos, estados seriam compensados com crédito automático da União em valor equivalente à diminuição das alíquotas. **3**



andriano/sxc

Pelo texto, sinal verde continuaria circular, e vermelho seria quadrado

### Iniciativa facilita CNH para daltônicos

A senadora Ana Amélia resgatou projeto do ex-deputado Fernando Gabeira para facilitar o acesso à Carteira Nacional de Habilitação por daltônicos, pessoas com dificuldade para

identificar as cores. A ideia é que o formato dos semáforos seja alterado de acordo com o foco luminoso: quadrado para luz vermelha, triangular para amarela e circular para verde. **4**

Marcelo Horn/Governo do Rio de Janeiro



Devido às diferenças nas alíquotas interestaduais do ICMS, entrada de produtos nas divisas tem sido fiscalizada com rigor

Waldemir Barreto/Agência Senado



Agência bancária fechada em razão de greve: proposta evita que população seja prejudicada

### Projeto impede paralisação de serviços bancários

Hoje, só o setor de compensação não pode ser afetado pelas greves dos bancários. Se o projeto PLS 127/12, do senador Ciro Nogueira, for aprovado, serão considerados essenciais todos os

serviços bancários e, assim, não poderão ser paralisados. A proposta está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde espera o parecer do senador Romero Jucá. **4**

Comissões aguardam escolha de presidentes **2**

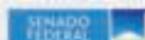
Definição sobre Orçamento e vetos na próxima semana **2**

Incentivo a investimento na qualificação de pessoal **4**

## GUIA DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O SENADO FEDERAL

Muitas obras, uma publicação

Chegou o Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal: um importante instrumento de consulta sobre o Parlamento brasileiro. Para conhecer o funcionamento e a importância do Poder Legislativo, consulte o guia. Baixe gratuitamente a versão digital do guia ou compre a versão impressa em [www.senado.leg.br/guidafontes](http://www.senado.leg.br/guidafontes)



SECS | BUSINESS - Criação e Marketing

Previsão é que líderes partidários definam indicações a partir da semana que vem, mas dois nomes já são considerados certos: Vital do Rêgo para CCJ e Lindbergh Farias para CAE

# Comissões voltam após eleição de presidentes

OS TRABALHOS DAS 11 comissões permanentes do Senado serão retomados assim que forem eleitos presidentes e vice-presidentes de cada uma delas. A previsão é que os líderes partidários definam, já a partir do dia 18, as indicações no biênio 2013-2014.

Já estão certas as indicações de Vital do Rêgo (PMDB-PB) para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e de Lindbergh Farias (PT-RJ) para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Depois da indicação do partido, conforme previsto no Regimento Interno do Senado, cada comissão tem cinco dias úteis para instalar os trabalhos e eleger, oficialmente e



Vital do Rêgo deve ser indicado para a presidência da Comissão de Justiça

por voto secreto, os presidentes e vice-presidentes.

As comissões permanentes têm a função de discutir e votar projetos de lei que, dependendo da situação, nem precisam ir a Plenário. Também realizam audiências



Comissão de Assuntos Econômicos pode ser dirigida por Lindbergh Farias

públicas com entidades da sociedade civil, para debater projetos em tramitação no Congresso. Muitas vezes, a partir desses debates, sugestões são acatadas e inseridas nos textos que se destinam a virar leis.

## Os 11 colegiados

<b>CAE</b>	Comissão de Assuntos Econômicos
<b>CAS</b>	Comissão de Assuntos Sociais
<b>CCJ</b>	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
<b>CE</b>	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
<b>CMA</b>	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
<b>CDH</b>	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
<b>CRE</b>	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
<b>CI</b>	Comissão de Serviços de Infraestrutura
<b>CDR</b>	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
<b>CRA</b>	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
<b>CCT</b>	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

## Com a pauta trancada, Plenário segue sem votações

Com a pauta trancada pela Medida Provisória (MP) 585/12, o Plenário do Senado não teve votações ontem. A MP, transformada no PLV 28/12, depois de tramitar em comissão mista e na Câmara, liberou R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios exportadores para compensações pelas perdas de arrecadação geradas pela Lei Kandir.

Segundo o relator da MP, deputado Vicente Candido (PT-SP), o Ministério da Fazenda já transferiu os recursos, em parcela única. O relator informou que o governo não exerceu a prerrogativa prevista na MP de descontar do valor

da transferência eventuais dívidas vencidas e não pagas por estados e municípios.

Os deputados rejeitaram o parecer da comissão, que previa a retroatividade de benefícios tributários para projetos de reforma ou construção de estádios destinados à Copa de 2014, deixando o texto quase idêntico à MP original.

Entre os estados que mais receberam recursos, estão Minas Gerais (24,8%), Mato Grosso (12,1%) e Pará (10%). O Distrito Federal não vai receber este ano. O rateio é definido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, que reúne os secretários estaduais de Fazenda.

## Senadores propõem saídas para votar Orçamento

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ontem que a votação do Orçamento da União, marcada para terça-feira, só deveria acontecer após uma decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre o rito de votação dos vetos presidenciais.

— Não há necessidade de votar os vetos antes, mas há necessidade de definir o rito, definir a data — afirmou.

Cerca de 3 mil vetos aguardam análise do Congresso e esse foi um dos motivos alegados para adiar a votação do Orçamento no final de 2012.

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), não há justificativa para condicionar a aprovação do Orçamento da União à votação dos vetos. Segundo ele, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux foi claro ao definir que os vetos devem

ser votados de acordo com a Constituição e o Regimento do Congresso: por ordem cronológica, um de cada vez.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), acredita que uma proposta de emenda constitucional pode resolver.

— Nós temos todas as condições de encontrar uma solução. Inclusive, se for o caso, fazendo uma emenda constitucional — disse.



Flexa defende definição de rito dos vetos.



Dornelles acha que assuntos são desvinculados.



Eunício sugere emenda constitucional.

## Nordeste pode ganhar novo tribunal federal

Entre os projetos que aguardam decisão do Senado, encontra-se proposta criando um Tribunal Regional Federal (TRF) com sede em Fortaleza e jurisdição no Ceará, no Piauí e no Rio Grande do Norte. A intenção é agilizar a Justiça.

A proposta (PEC 61/12),

de Eunício Oliveira (PMDB-CE), tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O senador argumenta que a reforma do Judiciário, aprovada em 2004, inseriu entre os direitos constitucionais fundamentais e pessoais a celeridade processual.

“As Regiões Norte e Nor-

deste estão submetidas atualmente a apenas duas cortes — os Tribunais Regionais Federais da 1ª Região, sediado em Brasília, e da 5ª Região, sediado em Recife”, explica Eunício, na justificativa da proposta.

O texto será relatado por Jorge Viana (PT-AC).

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão de debates e discursos

14h Hoje a sessão é não deliberativa e será destinada a pronunciamentos de senadores.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo prioridade estabelecido pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:** Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Alíquotas deverão convergir para 4% em todos os estados até 2025, dando fim à guerra fiscal. Crédito da União compensaria a diminuição

# Unificação do ICMS interestadual começa a tramitar no Senado

ESTÁ NA COMISSÃO de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto de resolução (PRS) 1/13, de autoria do Executivo, que unifica gradualmente as alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Essas alíquotas, que são de 7% nos estados do Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo) e de 12% nos demais, deverão convergir para 4% até 2025.

Como a redução prevista é de um ponto percentual ao ano, a alíquota das Regiões Sul e Sudeste chegaria a 4% em 2016 — percentual que só seria utilizado pelas demais regiões em 2025. Com a mudança, o governo federal pretende deslocar o peso da tributação da origem para o destino das mercadorias, o que desestimularia a concessão de benefícios que hoje movem a chamada guerra fiscal.

O projeto de resolução tira da regra geral as operações originadas da Zona Franca de Manaus e as realizadas com gás natural, cuja alíquota continuará em 12%. A proposição será examinada apenas pelo Senado, sendo promulgada em seguida se aprovada.

## Compensação

O PRS 1/13 está vinculado à medida provisória (MP) 599/12, que compensa os estados com crédito automático da União em valor equivalente à diminuição das alíquotas, no período de 20 anos, a partir de 1º de janeiro de 2014.

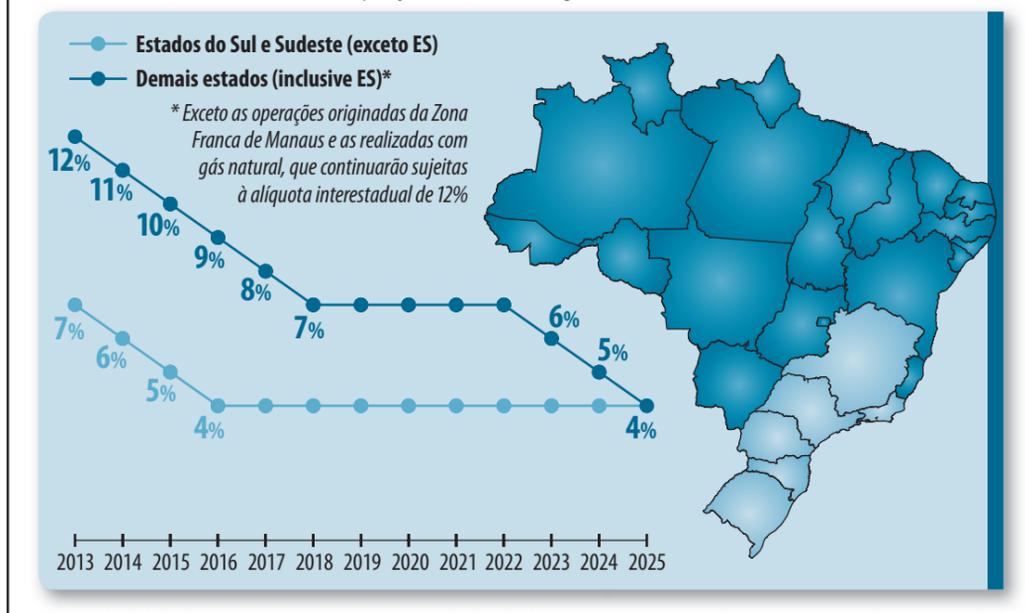
Para enfrentar um dos argumentos usados pelos estados na guerra fiscal — a ausência de política federal de combate às desigualdades regionais —, o governo cria, na mesma MP, um fundo de desenvolvimento, com investimentos que chegam a R\$ 222 bilhões, entre 2014 e 2033, via



Transporte de cargas entre os estados sofre fiscalização rigorosa devido às diferenças na cobrança de impostos

## Regulação gradual do imposto

Veja como devem ficar as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais, segundo o PRS 1/13



instituição oficial de crédito, e a R\$ 74 bilhões, por meio de transferências aos estados e ao Distrito Federal.

O projeto e a MP fazem parte de um pacote pelo pacto federativo. O Executivo também enviou um projeto de lei complementar (PLP 238/13), em tramitação na Câmara, que propõe quórum diferenciado

para aprovação de convênio com estados e Distrito Federal para equacionar os benefícios e incentivos fiscais concedidos em desacordo com a Constituição — justo os que serviram de base à guerra fiscal.

O mesmo projeto prevê a alteração dos critérios de indexação nos contratos de refinanciamento celebrados entre

União, estados e municípios. As dívidas passariam a ser corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros de 4% ao ano. Atualmente, o saldo devedor dos estados e municípios é atualizado pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros de 6% a 9%.

## Flexa Ribeiro alerta para desaceleração da economia

Ao manifestar preocupação com os rumos da economia, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou o crescimento de 1% do PIB em 2012 e alertou para a necessidade de reformas e de planejamento para a melhoria dos índices a médio prazo. A desaceleração econômica dos últimos dois anos, segundo o senador, marcou o fim da euforia dos mercados e dos investidores internacionais em relação ao país.

O parlamentar defendeu a redistribuição de recursos da União, com a revisão do

pacto federativo, apontou a urgência de uma reforma tributária e criticou o estímulo ao consumo.

— A sociedade nunca esteve tão endividada: trabalhadores, empresas, unidades da federação — afirmou.

Para ele, o mais importante é investir em crescimento sustentável, com ações capazes de conduzir ao desenvolvimento.

— Temos que melhorar o produto interno de felicidade dos brasileiros. Esse sim, seria um indicador a ser medido pelos governos.

## Paim volta a defender fim do voto secreto no Congresso

O fim do voto secreto no âmbito do Poder Legislativo “será bom para todos”, defendeu Paulo Paim (PT-RS).

— Sem o voto secreto, cada parlamentar assume a responsabilidade de seu voto, de ser criticado ou elogiado, de dizer que poderia ter mudado de opinião — disse o senador, autor de proposta (PEC 50/06) sobre o tema.

Paim afirmou que, em seus 26 anos de atuação parlamentar, nunca viu um veto presidencial

ser derrubado e atribuiu isso ao voto secreto. Ele considerou importante serem derrubados os vetos às propostas do fim do fator previdenciário e do reajuste de 14,7% para aposentados e pensionistas, e pediu uma “longa campanha” nas redes sociais pelo fim do voto secreto.

Paim ainda disse que a decisão do Papa Bento XVI de renunciar o cargo foi “um gesto nobre e de muita coragem, de quem soube respeitar os próprios limites em prol do bem coletivo.

## Questão federativa é prioridade neste ano, afirma Taques

Pedro Taques (PDT-MT) disse ontem que a questão federativa é uma prioridade na agenda legislativa deste ano.

Ele defendeu o debate sobre superendividamento dos estados, que, segundo ele, pagam juros mais altos do que os de cartão de crédito, ficando sem capacidade de investimento. Alegando que decisões avançam em passos lentos em razão do bicameralismo, acrescentou que a restauração do Legislativo também deve estar na pauta.

— Um exemplo é a proposta de emenda à Constituição que traz uma nova redação das medidas provisórias: ela dorme em um dos gabinetes na Câmara — lamentou.

O senador citou ainda notícias sobre uma suposta movimentação de senadores para criminalizar o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pela prática de crime de responsabilidade.

— Eu estarei nesta Casa, velando por aqueles que querem transformar o acusador em acusado. Isso não é republicano — afirmou.

## Anibal destaca papel estratégico da Petrobras

Anibal Diniz (PT-AC) fez pronúncia ontem contra o que chamou de “movimento político” com objetivo de aprofundar a perda de valor de mercado da Petrobras. Em sua avaliação, a estatal desempenha função estratégica na economia brasileira e tem condições para superar adversidades.

O senador criticou grupos econômicos que, em sua opinião, esperam a privatização da Petrobras, e elogiou os governos Lula e Dilma por manterem a empresa como patrimônio brasileiro.

Anibal apresentou dados sobre investimento e produção que apontam para uma recuperação da Petrobras. Para ele, a redução dos lucros da empresa em 2012 foi compensada pela contribuição ao Brasil.

— Imagine se a gasolina estivesse custando hoje cinco ou seis reais o litro. Aí a Petrobras estaria dando um lucro extraordinário. Mas como é que estaria o cidadão brasileiro?



Pedro Taques/Agência Senado



Anibal Diniz/Agência Senado



Paulo Paim/Agência Senado

Texto, que aguarda parecer na CAE, torna essenciais todas as atividades bancárias; hoje só compensação não pode ser afetada

# Projeto impede que serviços bancários sofram paralisação

O PROJETO DE lei de Ciro Nogueira (PP-PI) que classifica como essenciais os serviços bancários está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde aguarda o parecer do relator, Romero Jucá (PMDB-RR).

Para tornar todos os serviços bancários essenciais, o projeto (PLS 127/12) altera a lei que trata do direito de greve (Lei 7.783/89), segundo a qual apenas a compensação está no rol das atividades essenciais.

O autor argumenta que a Constituição prevê o direito de greve mesmo em atividades essenciais. No entanto, diz, “as necessidades inadiáveis da sociedade devem ser atendidas e a paralisação dos trabalhadores não pode colocar em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”.

Para Ciro, a garantia ao direito de greve e o acesso da população aos serviços bancários podem ser simultâneos. O serviço de compensação bancária, considerado essencial, ressaltou, reduziu muito o quadro de trabalhadores em razão da informatização do setor. Entretanto, outros serviços fundamentais para o cidadão não são legalmente considerados essenciais e são passíveis de paralisação.



Bancários durante protesto em Brasília: segundo proposta, greves não podem prejudicar a sociedade

O projeto já havia sido aprovado pela CAE e remetido à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No entanto, não chegou a ser examinado pela CAS, pois Paulo Paim (PT-RS) requereu que a proposta fosse analisada também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na qual, como relator, emitiu parecer pela rejeição. A proposta passou a tramitar em conjunto com os PLSs 83/07 e 84/07 e 513/07 e voltou à

CAE para novo exame.

Ao rejeitar o projeto na CDH, Paim argumentou inconstitucionalidade, uma vez que a atribuição da condição de essencial a todas as atividades bancárias, como prevê a proposta, proíbe o direito de greve dos profissionais do setor. Segundo o senador, o salário pago aos trabalhadores desse segmento é desproporcional ao que os bancos lucram.

## Proposta incentiva empresa a investir em qualificação

Investimento em qualificação de mão de obra poderá ser um diferencial considerado na contratação de empresas pelo poder público. A inclusão desse requisito na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) está prevista em projeto de lei (PLS 403/12) de Waldemir Moka (PMDB-MS), pronto para ser votado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Segundo ressaltou o senador, a iniciativa visa incentivar as empresas a investir em ações de alfabetização, capacitação e qualificação dos empregados. Com a compreensão desse propósito, o relator da matéria, Walter Pinheiro (PT-BA), defendeu a aprovação do projeto.

“Não se trata de impor mais um ônus a essas empresas. Ao contrário, busca-se uma inserção maior delas na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, além de fazê-las assumir parcela da responsabilidade em garantir a capacitação de seu pessoal”, argumenta. A proposta também será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Waldemir Moka/Agência Senado

## Sistema em análise permite pagamento e transferência por celular

Um sistema de pagamentos e transferências por meio do telefone celular poderá dispensar o usuário de ter conta em banco, segundo projeto de Walter Pinheiro (PT-BA) que se encontra na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O assunto também vem sendo discutido pelo Banco Central, que anunciou no ano passado a intenção de propor regulamentação para o Sistema de Pagamento Móvel. O principal objetivo é facilitar o acesso aos serviços financeiros de pessoas que hoje estão fora do sistema bancário.

Na proposta (PLS 635/11), o senador sugere a instituição do sistema, que reunirá empresas criadas exclusivamente

para ofertar os serviços por celular. Poderão se candidatar à atividade, por exemplo, subsidiárias das empresas de telefonia ou das próprias instituições financeiras. Elas terão de formar uma câmara para atuar na compensação e na liquidação das operações e, ainda, credenciar estabelecimentos onde os usuários farão saques. Os clientes do sistema farão depósitos em contas virtuais movimentadas por meio de celulares e poderão ainda adquirir créditos para uso em celular.

Pinheiro afirma que o sistema poderá reduzir os custos das transações financeiras. Por isso, ele diz acreditar no aumento da inclusão econômica

de pessoas ainda segregadas por um sistema financeiro, a seu ver, “elitista”, com tarifas e juros elevados.

— Assim, um morador de uma pequena cidade do interior do país ou um trabalhador de baixa renda poderá receber dinheiro, fazer pagamentos e transferências de valores sem precisar se deslocar para caixas eletrônicos ou agências bancárias de localidades distantes — argumenta.

Na CCT, o relator é Delcídio do Amaral (PT-MS). O projeto ainda passará pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, antes do exame na CAE, em decisão terminativa.

## Doação a biblioteca deve ficar livre de tarifas postais

Doar livros para bibliotecas públicas pode ficar mais fácil. Tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte projeto de lei que prevê isenção das tarifas postais para esse tipo de encomenda.

De acordo com o projeto (PLS 369/12), de Clésio Andrade (PMDB-MG), para ficar isento, o doador deverá, no ato da postagem, indicar, entre instituições cadastradas, aquela a que o material se destina. A encomenda poderá ser encaminhada a bibliotecas públicas federais, estaduais, distritais ou municipais.

Ao justificar a iniciativa, o senador apontou dados do 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, divulgado em 2010. Segundo o levantamento, o Brasil possui 2,67 bibliotecas municipais por 100 mil habitantes, com concentração nas Regiões Sul e Sudeste. As poucas que existem enfrentam a limitação do acervo, resalta o senador.

“Em muitos casos, inauguram-se as instalações físicas de bibliotecas públicas sem que se disponha sequer de uma coleção para que a instituição exerça, de fato, seu papel de casa de cultura”, afirma.

A proposta altera a Lei 6.538/78, que regula os serviços postais, e estabelece prazo de 180 dias para que as instituições sejam cadastradas. Aprovado na CE, o PLS será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos.



Clésio Andrade/Agência Senado

## Mudança em semáforo pode facilitar acesso de daltônicos à CNH

Começou a tramitar no Senado um projeto que garante o direito de obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) às pessoas que têm discromatopsia ou daltonismo, deficiência que dificulta a identificação das cores. Projeto de Ana Amélia (PP-RS) estabelece formatos diferentes para os focos luminosos dos semáforos. De acordo com o PLS 9/13, nos semáforos destinados aos veículos, a luz vermelha teria o formato quadrado, a amarela, triangular e a verde, circular.

Segundo a senadora, a disposição do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que impõe a candidatos à direção de veículos a capacidade de identificar as cores “é injusta e desnecessária”.

O projeto dá o prazo de um ano para que pelo menos 50% dos semáforos estejam adequados e de dois anos para a adequação total. “A colocação de adesivos com formatos geométricos em semáforos já existentes tornaria o



custo baixo”, diz Ana Amélia. O PLS 9/13 encontra-se na CCJ e, se aprovado, deve seguir para a Câmara dos Deputados.

Ana Amélia explica que resgatou proposta do ex-deputado Fernando Gabeira — que, sem tempo hábil para

a apreciação, acabou arquivada na Câmara — e acrescentou modificação da forma das luzes também “no semáforo de regulação que contenha mensagens de direção controlada, de direção livre ou de controle ou faixa reversível”.